

Ecoss do golpe de 1964 na Ásia Echoes of the coup of 1964 in Asia

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2768>

Marcelo Alves de Paula Lima

Doutorando em História das Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Email: marceloapl@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8993-0858>

Recebido em: 30/05/2019 – Aceito em 31/07/2019

Resumo: O objetivo deste artigo é mapear a repercussão do golpe de 1964 sobre as relações do Brasil com países asiáticos. Nossas fontes foram ofícios enviados pelas embaixadas brasileiras em dois importantes países daquele continente: a República da China (Taiwan) e a Indonésia, além de recortes de jornais anexados a esses ofícios. A pesquisa foi conduzida explorando diálogos entre a História e as Relações Internacionais, considerando não só os Estados, mas também a imprensa e a sociedade civil como atores internacionais, além de valorizar as ideias e crenças desses atores.

Palavras-chave: política externa brasileira, regime militar, Ásia.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the impacts of the 1964 military coup on Brazilian relations towards Asian countries. Our sources encompass letters sent by Brazilian embassies in two important Asian countries: the Republic of China (Taiwan) and Indonesia, besides newspapers attached to those letters. The research was conducted through dialogues between History and International Relations, considering not only States, but also the press and civil society as relevant international actors, besides emphasizing the ideas and beliefs of such actors.

Keywords: Brazilian foreign policy, military regime, Asia.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar e compreender em que medida o golpe militar de 1964 afetou as relações do Brasil com países do continente asiático. Utilizaremos como fontes primárias documentos encontrados nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em Brasília, a saber: ofícios enviados pelas embaixadas brasileiras e recortes de jornais locais anexados a esses ofícios.

Trabalharemos com os ofícios enviados pelas embaixadas brasileiras em dois importantes países: a Indonésia e a República da China, e isso por duas razões. Em primeiro lugar, trata-se de países com grande relevância na região, não só devido à sua extensão territorial, mas ao tamanho de suas populações. No caso da República da China, convém ressaltar que o Brasil não reconhecia a China comunista, apenas a China Nacionalista. Apesar de a China Nacionalista estar restrita à pequena ilha de Taiwan (Formosa) desde 1949, ela reclamava o papel de representante dos mais de 700 milhões de chineses do continente – e assim era reconhecida pelo Brasil até 1974.

Mais importante do que sua dimensão territorial e populacional, também optamos por esses países por conta de suas trajetórias políticas. A China Nacionalista tinha um regime anticomunista, alinhado com os Estados Unidos. Já a Indonésia, no período analisado, passou de um governo neutralista (Sukarno) para um go-

verno anticomunista (Suharto). Queremos testar em que medida a ascensão de um regime anticomunista no Brasil influenciou suas relações com os dois países. Entendemos, tal como a *escola construtivista*, que “o estudo das relações internacionais deve se focar nas ideias e crenças que informam os atores no cenário internacional, bem como nos entendimentos compartilhados entre eles”¹. Dada a natureza discursiva de nossas fontes (ofícios e periódicos), é fundamental que a teoria a nos auxiliar se preocupe com as interações discursivas entre os atores internacionais, seus valores e identidades. Por isso a opção pelo construtivismo. Igualmente relevantes ao historiador das relações internacionais são as ações do homem de Estado, suas “concepções pessoais, métodos, relações sentimentais”².

Por muitos anos, a *História Diplomática* foi a abordagem mais utilizada para entender as relações entre os Estados ao longo do tempo. Entretanto, a História Diplomática acabou se desgastando devido a seu apego excessivo às fontes “oficiais”, em prejuízo das demais fontes. A partir das críticas à História Diplomática se desenvolveu a *História das Relações Internacionais*, que reconhece a importância de outros atores e fontes para além do Estado³. Isso não significa que a História das Relações Internacionais negligencia as ações do Estado, mas sim que ela tenta compreender como variáveis culturais, ideológicas, geográficas, sociais e econômicas condicionaram a atuação do Estado e seus agentes⁴.

Os documentos encontrados nos arquivos do MRE⁵ em Brasília são ricos em informações que nos mostram desde o cotidiano das embaixadas até as relações políticas. Para não nos perdermos nesse manancial de dados, daremos atenção apenas à forma como o golpe de 1964 foi recebido pelas autoridades e pela opinião pública de cada um dos países aqui abordados, ao impacto que ele teve sobre suas relações com o Brasil e ao papel desempenhado pelo corpo diplomático brasileiro.

Começaremos falando sobre a política externa brasileira nos anos 1960, desde a Política Externa Independente de Jânio Quadros até as transformações operadas em 1964. Depois analisaremos o impacto do golpe militar sobre as relações com a República da China e, em seguida, com a Indonésia. Encerraremos nossa análise com algumas reflexões gerais acerca do que foi apresentado.

A política externa brasileira nos anos 1960

O breve mandato de Jânio Quadros na presidência em 1961 representou um importante marco para a política externa ao lançar as bases da Política Externa Independente (PEI)⁶. Com a PEI, o Brasil buscava liberdade de ação internacional angariando novos parceiros, sobretudo no mundo afro-asiático. A PEI se alicerçava sobre cinco princípios: ampliação do mercado externo para fomentar o desenvolvimento industrial, formulação autônoma de planos de desenvolvimento, coexistência pacífica, autodeterminação dos povos e emancipação das colônias⁷.

Apesar das ambiguidades e desafios que a PEI enfrentou no governo Jânio e no governo João Goulart, que lhe deu continuidade, a primeira metade da década de 1960 constituiu o primeiro momento da cooperação Sul-Sul na diplomacia brasileira, rompendo o alinhamento com Washington que vigorava desde 1912⁸.

O impacto do golpe de 1964 sobre a política externa brasileira é um tema controverso. Paulo G. F. Vizontini afirma que, com o golpe de 1964, o Brasil teria abandonado a PEI, reduzido seu interesse pelo terceiro mundo e declarado fidelidade aos Estados Unidos⁹. Shiguenoli Miyamoto e Williams da Silva Gonçalves destacam que as linhas mestras da política externa do general Castelo Branco eram inspiradas pelo general Golbery do Couto e Silva, para quem não existia qualquer caminho além do Ocidente e do mundo comunista. O bloco afro-asiático seria apenas uma opção hesi-

¹JACKSON e SORENSEN, Introduction to International Relations: theories and approaches, p. 162, 168.

²DUROSELE e RENOUVIN, Introdução à história das relações internacionais, p. 6.³GONÇALVES, História das Relações Internacionais, p. 22, 23.

⁴Idem.

⁵ Sobre os desafios e possibilidades ao se trabalhar com documentos da diplomacia brasileira, ver: SANTOS, Norma Breda; UZIEL, Eduardo. “Source criticism and the History of Brazilian Foreign Policy”. In: Contexto Internacional, volume 41(1), Janeiro/Abril de 2019. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410100010> - acessado dia 28 de janeiro de 2019].

⁶ Sobre a PEI, ver: MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. Ásia, África e a política independente do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. 132 p.; MORAIS, Isabela Carolina Barbosa. As relações diplomáticas entre o Brasil e a África: da política externa independente ao governo Lula (1960-2010). Monografia de conclusão de curso – Relações Internacionais. Centro Universitário de Belo Horizonte, 2017; VIZENTINI, Paulo G. F. Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951 – 1964. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁷VIZENTINI, Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951 – 1964, p. 195-196.

⁸RODRIGUES, Interesse Nacional e Política Externa, p. 36.

⁹ VIZENTINI, Paulo G. F. Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951 – 1964, p. 291-293.

¹⁰GONÇALVES e MIYAMOTO, “Os militares na Política Externa Brasileira”, 1964-1984, p. 214-215.

¹¹GEHRE, “A política externa brasileira durante os governos militares: ideias, práticas e imagens (1964-1984)”, p. 119-120.

tante pelo comunismo¹⁰. Já Thiago Gehre diz que, após o golpe, diplomatas ligados à PEI foram desligados de suas funções¹¹.

Vagner Camilo Alves e Suhayla Khalil Viana afirmam que tais trabalhos superestimam o impacto do golpe militar sobre as relações internacionais do Brasil. Após 1964 o MRE desfrutou de relativa autonomia na formulação da política externa, dando continuidade a muitos princípios caros à PEI. Sendo assim, não teria havido retrocessos nas relações com o terceiro mundo e, em alguns casos houve até progressos¹². Ademais, considerando-se que muitos países afro-asiáticos possuíam regimes anticomunistas, é válido ponderar em que medida a ascensão do regime militar brasileiro não teria encorajado as relações com aqueles países.

A propaganda anticomunista no Brasil atingiu seu ápice nos anos 1930, veiculada sobretudo pela Ação Integralista Brasileira e adquirindo muitas vezes uma conotação antisemita¹³. Em 1964, o anticomunismo dialogava mais com o cenário da Guerra Fria, perdendo sua coloração antisemita, mas preservando o discurso em prol da segurança nacional e a obsessão por uma suposta conspiração. A mobilização do argumento anticomunista “forneceu um etos combatente aos militares, à polícia política e aos membros da comunidade de informações, uma razão de ser que justificava sua existência e missão”¹⁴.

Apesar de ser uma das razões que justificaram o golpe militar, Rodrigo Patto afirma que o anticomunismo não chegou a influenciar sua política externa, haja vista que as relações comerciais com os países socialistas do Leste Europeu foram mantidas¹⁵. Entretanto, se por um lado o anticomunismo não afetou as relações com o bloco socialista, por outro lado há que se perguntar se ele não teria ajudado a melhorar as relações com outros regimes anticomunistas.

O regime militar brasileiro e a China de Chiang Kai-shek

A história da China republicana até 1949 foi marcada por disputas acirradas entre dois grupos políticos: os comunistas, liderados por Mao Zedong, e os nacionalistas, reunidos no Kuomintang. O triunfo comunista veio em 1949, seguido pela fuga dos nacionalistas para a ilha de Taiwan sob a liderança de Chiang Kai-shek. A partir de então, a República Popular da China (comunista) travará intensa batalha diplomática com a República da China (nacionalista) pela legitimidade na representação do povo chinês. Chiang Kai-shek governaria a ilha com mãos de ferro, impondo uma lei marcial, controlando a imprensa e reprimindo a oposição. Seu período no poder, que finda com sua morte em 1975, entrou para a história como o “terror branco”.

Após a vitória comunista na guerra civil, o Brasil transfere sua representação diplomática na China para Tóquio e, posteriormente, para Taipei (capital de Taiwan). Em 1954, o Brasil era um dos únicos países do mundo com embaixador em Taipei, junto com o Japão, os Estados Unidos e a Coreia do Sul. Entre 1951 e 1960, o Brasil se opôs à discussão sobre a admissão da China comunista à ONU. Já no contexto da PEI, entre 1961 e 1963, o país foi favorável à inclusão da discussão na pauta, embora sempre votando contra o reconhecimento do regime de Mao¹⁶.

Um dos acontecimentos que mais influenciaram as relações entre o regime militar brasileiro e a China Nacionalista foi a prisão, em abril de 1964, de nove cidadãos chineses que estavam no Rio de Janeiro organizando uma exposição comercial. Sobre eles pairava a acusação de atividades subversivas¹⁷. Ofício enviado pela embaixada brasileira em Taipei em maio de 1964 trazia, anexo, um recorte do jornal *Free China Weekly* aplaudindo a decisão brasileira sob os dizeres: “Jornalistas’ de Pequim no exterior não passam de espíões”. No corpo da notícia, lemos:

Golpe de Estado em Zanzibar e repressão da conspiração comunista no Brasil provaram para além de qualquer dúvida que os tão chamados “jornalistas”

¹²ALVES e VIANA, “Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco”, p. 696.

¹³Ver: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.

¹⁴MOTTA, As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária, p. 207.

¹⁵Idem.

¹⁶FARES, “A Diplomacia Chinesa e as Relações com o Brasil (1949-1974)”, p. 29; RODRIGUES, *Interesse Nacional e Política Externa*, p. 36.

¹⁷Ver: GUEDES, Ciza; MELO, Murilo Fiuzza de. *O Caso dos Nove Chineses - O Escândalo Internacional que Transformou Vítimas da Ditadura Militar Brasileira em Heróis da Ditadura de Mao Tsé-tung*. Editora Objetiva, 2014.

¹⁸Free China Weekly, 10 de maio de 1964, vol. 1, n. 11. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 109 de 14/05/1964.

e “representantes comerciais” da China comunista realmente são espiões e agitadores truculentos da subversão. O Brasil prendeu nove chineses vermelhos depois de sua revolução anticomunista em 1º de abril¹⁸.

São significativos, nessa notícia, os termos usados para se referir ao golpe de 1964 (“revolução anticomunista”), bem como a convicção do jornal sobre a culpabilidade dos chineses detidos. O caso dos nove chineses foi um típico evento de histeria anticomunista, dado que a única “evidência” que pesava contra eles era o simples fato de serem originários de um país comunista.

O rompimento de relações com Cuba arrancou elogios das autoridades locais. Ofício de junho de 1964 trazia, anexada, uma mensagem do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da China dirigida à embaixada, na qual se lê:

O Ministério dos Negócios Estrangeiros cumprimenta a Embaixada do Brasil e tem a honra de acusar o recebimento de sua nota verbal nº 47, de 14 do corrente, sobre o rompimento das relações diplomáticas entre os Governos do Brasil e de Cuba. O Governo e o povo da China respeitam esta sábia resolução do Governo brasileiro a quem o Ministério pede à Embaixada encaminhar seu sentimento de respeito¹⁹.

Em ofício do dia 15 de junho de 1964, encontramos uma edição do *China Post* de 10 de junho noticiando a visita de um grupo de parlamentares brasileiros de diversos partidos à ilha. Segundo a notícia, o deputado Herbert Levy, fervoroso apoiador do golpe de 1964, ao ser questionado pela imprensa local sobre os chineses presos, alegou que o governo brasileiro “pegou em flagrante nove chineses vermelhos devido à sua aparente intenção de subverter o governo brasileiro”. O jornal ainda declara que “noventa e cinco por cento [sic!] dos brasileiros são anticomunistas” e destaca o rompimento de relações entre o Brasil e “Cuba vermelha”²⁰.

O *The China News* de 7 de setembro de 1964 aproveitou a ocasião do aniversário da Independência para rasgar elogios ao presidente Castelo Branco. Segundo a notícia, Castelo Branco “foi descrito pelo historiador social brasileiro Gilberto Freyre como ‘um soldado da cabeça aos pés, um militar sem a arrogância prussiana, e um dos maiores intelectuais brasileiros’”²¹. Essa mesma edição trazia notícias com os perfis do ministro das relações exteriores Vasco Leitão da Cunha e do encarregado de negócios da embaixada brasileira em Taipei, Milton Telles Ribeiro, que assinava a maioria dos ofícios analisados aqui.

Em outubro, Milton Telles Ribeiro é promovido a embaixador. O *Express News* afirma que, em sua cerimônia de apresentação de credenciais ao presidente Chiang Kai-shek, este afirmou que “a luta anticomunista do povo e do governo brasileiros sob a liderança do presidente Branco é respeitada por povos amantes da paz em todo o mundo”, além de estar “profundamente convencido de que os esforços comuns e decididos da República da China e do Brasil com certeza irão barrar a expansão e a agressão comunista para assegurar a paz do mundo inteiro”²².

No primeiro aniversário do golpe, a embaixada brasileira, em cumprimento a uma circular enviada pelo MRE, se empenhou em propagandear as transformações decorrentes da “Revolução” por meio de artigos e entrevistas difundidos na imprensa local. O *The China News* do dia 30 de março de 1965 trazia uma notícia intitulada “Brasil celebra primeiro ano de governo verdadeiramente democrático”. Em entrevista con-

¹⁹Nota Verbal nº F(53) CSAI/009081, 23 de maio de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 129 de 03/06/1964.

²⁰China Post, 10 de junho de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 135 de 15/06/1964.

²¹The China News, 7 de setembro de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Agosto/dezembro 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 205 de 08/09/1964.

²²Express News, 7 de outubro de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Agosto/dezembro 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 243 de 17/10/1964.

²³The China News, 30 de março de 1965. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 97 de 05/04/1965.

cedida ao jornal, o embaixador Milton Telles Ribeiro dizia que o “movimento nacional” ora celebrado visava ao “restabelecimento do governo verdadeiramente democrático”, além de assegurar “práticas administrativas coerentes e responsáveis, recuperando as finanças domésticas e restaurando o crédito internacional do Brasil”²³.

No dia 31 de março, o embaixador recebeu uma carta de Konsin C. Shah, chefe de protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da China, na qual ele dizia que “O movimento popular de 31 de março de 1964, que restaurou o governo democrático aos Estados Unidos do Brasil, foi um marco na história da dignidade e do progresso humanos”. Konsin C. Shah ainda afirma que o povo brasileiro, “especialmente as bravas mulheres de seu nobre estado, deveria ser parabenizado pela sua coragem no restabelecimento de um governo de seu desejo”²⁴.

Ao falar das “nobres mulheres de seu estado”²⁵, Konsin C. Shah provavelmente se referia à Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE), movimento de mulheres católicas organizado no Rio de Janeiro em 1962 que teve importante papel nas marchas contra Jango. Aliás, em 1967 é realizada, em Taipei, a 1ª Conferência Mundial Anticomunista, quando foi fundada a World Anti-communist League (WACL)²⁶. Ofício de outubro daquele ano comunicava que a representante brasileira na Conferência foi a embaixatriz Esther de Proença Lago, membra da CAMDE²⁷.

Em janeiro de 1967, o ministro das relações exteriores brasileiro Juracy Magalhães visitou a República da China por três dias, sendo condecorado por Chiang Kai-shek. Em sua visita, o ministro e as autoridades locais emitiram um comunicado conjunto no qual diziam que os comunistas chineses eram uma séria ameaça à paz e à segurança mundiais. Além disso, Juracy prometeu se esforçar por estreitar as relações entre os dois países, além de demonstrar grande apreço pelos resultados da reforma agrária chinesa – interesse esse que também foi demonstrado pelos parlamentares brasileiros que estiveram no país em 1964²⁸.

A reforma agrária foi uma das principais transformações do Kuomintang em Taiwan. Ela consistia em se apropriar das terras da população local e redistribuí-las entre os cidadãos da China continental que afluíam em massa. Os latifúndios foram divididos em 6 milhões de áreas que deveriam pagar aluguel ao Estado todo o mês. Seu objetivo era arrecadar fundos para retomar a China continental dos comunistas²⁹. Considerando que a reforma agrária foi uma preocupação do regime militar brasileiro desde o princípio³⁰, é possível que a experiência chinesa pudesse ser vista como um exemplo conservador de reforma agrária a ser seguido.

Dado o exposto até aqui, podemos notar como a existência de *crenças compartilhadas* – o anticomunismo e o repúdio à China continental – contribuiu para criar um ambiente favorável às relações com a República da China. Para tanto, concorreu a boa relação entre a embaixada e a imprensa local: a primeira, fiel à “Revolução de 1964”, divulgando as conquistas do regime militar, articulada com a segunda, controlada pelo Kuomintang. Em 1958, por exemplo, o Kuomintang havia ajudado a fundar 28 jornais e 498 revistas. O partido também dificultava a publicação de veículos de comunicação por pessoas de fora da agremiação³¹.

O regime militar Brasileiro e a Indonésia: de Sukarno a Suharto

Desde sua independência da Holanda, em 1945, até 1967, a Indonésia foi governada por Sukarno. Em setembro de 1965, o Partido Comunista Indonésio (PKI)

²⁴ Carta de Konsin C. Shah, 31 de março de 1965. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 97 de 05/04/1965.

²⁵ Milton Telles Ribeiro era carioca.

²⁶ Sobre a entidade irmã da WACL na América Latina, a Confederação Anticomunista Latino-americana, ver: RIBEIRO, Marcos Vinicius. A História da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as Ditaduras de Segurança Nacional (1972-1979). Tese de doutorado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

²⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Outubro/dezembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 361 de 06/10/1967.

²⁸ China Post, 30 de janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/abril 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 30 de 04/02/1967.

²⁹ CHEN, “Disciplining Taiwan: the Kuomintang’s methods of control during the white terror era” (1947-1987), p. 198-199.

³⁰ Ver: Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm [acessado dia 21 de maio de 2019].

³¹ CHEN, “Disciplining Taiwan: the Kuomintang’s methods of control during the white terror era” (1947-1987), p. 192, 202.

se alia a militares insatisfeitos para desferir um golpe que é logo sufocado pelo major-general Suharto. Segue-se feroz perseguição ao PKI e a simpatizantes de Sukarno, mergulhando o país na violência. Sukarno, acusado de fraqueza e mesmo de cumplicidade com o golpe de 1965, é obrigado a delegar poderes cada vez maiores a Suharto, gerando assim uma dualidade que se arrastaria até março de 1967, quando Sukarno é destituído pelo parlamento e Suharto vira presidente em exercício. O período de ascensão ao poder de Suharto ficou conhecido como a “Nova Ordem”.

Antes de ser deposto, Sukarno gozou de grande prestígio internacional, dado seu papel como idealizador da Conferência de Bandung e figura de proa no Movimento dos Não-Alinhados³². Sua política externa expressava seu “nacionalismo agressivo e vanguardismo anti-imperialista”. Enquanto Sukarno tinha uma “visão idealista, e até um pouco romântica, (...) que não tolerou qualquer tentativa de influência externa na sua doutrina de afirmação nacionalista e anti-imperialista”, Suharto “faz refletir na política externa indonésia as suas características de pragmatismo e racionalidade”, sempre norteado “pela sua preocupação com a segurança, ordem e estabilidade”³³.

Brasil e Indonésia estabelecem relações em 1953³⁴. Sukarno visitou Juscelino Kubitschek em 1959 e Jânio Quadros em 1961, com quem firmou acordos comerciais³⁵. Consumado o golpe no Brasil, em abril de 1964, o corpo diplomático brasileiro no país não mudou. Os ofícios e telegramas continuavam sendo assinados pelo encarregado de negócios Raul José de Sá Barbosa. Assim como Milton Telles Ribeiro, Raul José de Sá Barbosa demonstrava admiração pelo regime militar brasileiro, além de expressar opiniões anticomunistas.

Sukarno desfrutava de excelentes relações com a China comunista. Não por acaso, a prisão dos nove cidadãos chineses não passou despercebida pela opinião pública indonésia. Em nota de protesto encaminhada à embaixada, o SBPU, sindicato controlado pelo PKI, declara:

As prisões e o terror desencadeado contra os líderes dos movimentos de trabalhadores, organizações de massa e jornalistas da *Hsinhua*³⁶ pelo regime do General Branco provocam a ira de todos os operários indonésios de construção e de obras públicas. O regime Branco age visivelmente contra o interesse nacional brasileiro e em benefício do imperialismo americano. Favor submeter este protesto do SBPU ao regime fascista de Branco. Continuamos com o governo legal de Goulart. Libertem os presos³⁷.

Já a nota do BTI, Movimento Camponês Indonésio, protestava:

Com referência às prisões, detenções, assassinatos contra operários patriotas e contra o povo do Brasil e a violência dos direitos humanos pelo governo brasileiro, o BTI exprime seu protesto e urge – por seu intermédio – o Governo brasileiro, dirigido pelos imperialistas americanos, a cessar imediatamente tais atividades e a libertar os trabalhadores presos e os populares que heroicamente lutam pela independência nacional e pela paz. O BTI expressa sua solidariedade para com eles, convencido do sucesso final deles e da sua habilidade em destruir qualquer esforço da reação³⁸.

Já em 1965, um ofício reproduzia nota de protesto que o SEPDA, a União Re-

³² Sobre a Conferência de Bandung, ver: MACKIE, Jamie. Bandung 1955: Non-alignment and Afro-Asian solidarity. Singapura: Didier Millet, 2005.

³³ MENDES, “Identidade e poder na política externa da Indonésia: de Sukarno a Suharto”, p. 72, 73.

³⁴ Sobre as relações Brasil-Indonésia, ver: MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. Um diplomata no Oriente/Brasil: subida ou descida para o século XXI. Ágora, 1997.

³⁵ CUNHA, A questão de Timor-Leste: origens e evolução, 197-200, 208, 209.

³⁶ Agência de notícias estatal chinesa.

³⁷ Nota de protesto do SBPU. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jakarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

³⁸ Nota de protesto do BPI. Anexada a: Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jakarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

gional dos Trabalhadores, enviava à embaixada. A nota atribuía o processo contra os nove chineses às relações entre o Brasil e a China Nacionalista:

Baseado no falso testemunho do regime de Taiwan e na malícia do imperialismo americano, o processo faz lembrar ao mundo processos semelhantes do tempo dos governos bestiais de Hitler e de Mussolini – embora o mundo tenha mudado e seja agora um mundo de jovens nações emergentes, em luta contra o imperialismo e pela liberdade, as quais não estão dispostas a tolerar o fascismo. Os aspectos ilegais do julgamento tocaram a consciência do mundo. Estamos seguros de que medidas serão tomadas para corrigir as consequências dele³⁹.

Nota-se, portanto, que as boas relações entre o regime militar e o governo de Chiang Kai-shek não eram ignoradas na Indonésia.

Também em 1965, o Comitê Central Executivo dos Trabalhadores do Governo, representando 64 sindicatos, alegava que a prisão dos chineses refletia a “atitude reacionária e irresponsável do Governo brasileiro completamente dominado pelo imperialismo americano”. Diante disso, “o Comitê urge o Governo brasileiro a anular o veredito em questão, devolver os chineses à sua pátria e relaxar a prisão dos brasileiros envolvidos no caso, que são, todos, inocentes”⁴⁰.

Até mesmo o meio artístico indonésio se posicionou. Em telegrama dirigido à embaixada, o conjunto de canto e dança *Gembira* “condena o terror desencadeado pelo Governo brasileiro contra a mocidade do país, que luta patrioticamente e revolucionariamente, e exige a pronta libertação dos presos políticos”⁴¹.

Esses foram apenas alguns dos protestos recebidos pela embaixada brasileira em Jacarta. Apesar de o encarregado de negócios que assinava os ofícios ser francamente favorável ao regime militar, ele sempre repassava tais protestos em suas missivas ao MRE, embora se abstendo de comentá-los. Vê-se aqui que a prisão dos cidadãos chineses ajudou a mobilizar a sociedade indonésia contra o regime militar brasileiro. Note-se ainda, nesses documentos, a identificação do Brasil como um país de ambições imperialistas e serviçal dos Estados Unidos.

A hostilidade ao regime militar não partiu apenas da sociedade civil. Em agosto de 1965, ao organizar uma exposição de gravuras brasileiras, o encarregado de negócios brasileiro atesta como a ascensão do regime militar esfriou as relações entre os governos dos dois países:

Dei um cocktail para a inauguração e a ele compareceram diplomatas e artistas – mas nem uma só autoridade indonésia, quer do Ministério do Exterior, quer do Departamento da Educação Básica e Cultura, que concordara, muito amavelmente, em patrocinar a mostra (anexo IV). O Brasil já não goza, desde a revolução, das simpatias oficiais, como antigamente⁴².

Se o golpe militar brasileiro encontrou alguma simpatia na Indonésia, ela veio do Exército. Em janeiro de 1967, um ofício comunica que o *Angkatan Bersendjata*, jornal das Forças Armadas locais, publicara uma matéria de capa afirmando que o golpe no Brasil deveria inspirar os indonésios. A matéria, intitulada “Se o próprio Presidente trama o golpe”, dizia que Sukarno era o responsável pela agitação de 1965, de modo

³⁹ Nota de protesto do SEPDA. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 39 de 19/02/1965.

⁴⁰ Nota de protesto do Comitê Central Executivo dos Trabalhadores do Governo. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 39 de 19/02/1965.

⁴¹ Telegrama do grupo *Gembira*. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 76 de 17/04/1964.

⁴² Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Julho/dezembro 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 167 de 02/08/1965.

que tirá-lo do poder não seria um golpe, mas sim uma reação a outro golpe:

Nos anos de 1962, 1963 e 1964 o Brasil tinha um presidente cujo nome era João Goulart, um cripto-comunista sedento por estabelecer uma “ditadura dos trabalhadores”. Em nosso editorial de anteontem nós destacamos a mesma situação em Gana, Indonésia e Brasil e o plano geral usado pelos comunistas para ganhar o poder, por meio de ações de massa e ações legais e por meio de instituições já infiltradas para o plano geral [que era] a deterioração da educação, o empobrecimento do povo, agitação, guerra psicológica e falta de escrúpulos⁴³.

Além de a matéria ter saído na primeira página do jornal, Raul de Sá Barbosa observa que ela trazia à tona o assunto “num momento em que o espaço é pequeno para o debate da crise política nacional”. Nota-se, portanto, a importância do golpe brasileiro para os militares indonésios. Sukarno seria completamente afastado de suas funções dois meses mais tarde.

Apesar de ser afastado da presidência em março de 1967, a posição de Sukarno já vinha se fragilizando desde o final de 1965. Em ofício de outubro de 1966, Raul José de Sá Barbosa dá a entender que aquele era um momento propício para melhorar as relações entre ambos os países. Em 1963 um grupo de técnicos brasileiros havia visitado Jacarta, e em abril de 1964 uma missão econômica indonésia estava preparada para visitar o Brasil. O convite que o Brasil fizera aos indonésios, contudo, foi cancelado pela “Revolução” e não se tocou mais no assunto. A realização de uma exposição internacional em Jacarta em 1967 seria uma boa oportunidade “para relançar a ideia, meio morta, do comércio entre o Brasil e a Indonésia”⁴⁴. Dessa maneira, além das animosidades que o golpe de 1964 gerou na sociedade e no governo da Indonésia, notamos que o próprio regime instalado no Brasil também não demonstrou interesse em dar continuidade à aproximação entre os países.

O próprio Raul José de Sá Barbosa era hostil a Sukarno e, até certo ponto, um admirador de Suharto. Em 1967, o parlamento indonésio dissolveu várias agências governamentais criadas por Sukarno. Entre elas estavam institutos que, segundo o diplomata brasileiro, “são puros cabides-de-emprego. Muitos perderam utilidade e oportunidade, com o desmantelamento do antigo regime. Outros nunca tiveram qualquer papel – eram produto da demagogia delirante do Grande Leader”⁴⁵.

O diplomata não ignorava que Sukarno ainda possuía seguidores. Era o caso do Mbah Suro, grupo místico que agia no interior da ilha de Java e que o representante brasileiro comparava com o arraial de Canudos. Porém, para ele o Mbah Suro não passava de um grupo que nutria “um culto irracional de Sukarno como ‘father-figure’, parecido ao que o sertão brasileiro tributava à pessoa do venerável ‘Imperadô’”⁴⁶.

O diplomata brasileiro reproduzia, portanto, a imagem comumente veiculada no mundo ocidental à época, que representava Sukarno como um líder autoritário, oscilando entre o ambicioso e o quixotesco. Tais acusações eram embasadas em sua política exterior agressiva. A fundação da Federação da Malásia em 1963, reunindo ex-colônias britânicas, levou Sukarno a uma longa política de confrontação com o país vizinho. Em 1965, Sukarno retira a Indonésia do Banco Mundial e do FMI. Com a iminência da entrada da Malásia como membro rotativo do Conselho de Segurança da ONU, ele também se retira da ONU⁴⁷. Isso sem mencionar que 1962 a Indonésia

⁴³ “If the President himself plots the coup”, Angkatan Bersendjata. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 26 de 20/01/1967.

⁴⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Setembro/dezembro 1966. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 511 de 21/10/1966.

⁴⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 83 de 06/03/1967.

⁴⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 105 de 28/03/1967.

⁴⁷ PITT, Indonésia: construção do Estado e dinâmica regional, p. 44.

já havia sido expulsa do Comitê Olímpico Internacional, após Sukarno negar entrada às equipes de Taiwan e Israel nos Jogos Asiáticos de Jacarta.

Para Raul José de Sá Barbosa, eram inegáveis as ligações entre Sukarno e o golpe comunista de 1965: “É tal o ‘credibility gap’ que a declaração de Sukarno de que o golpe foi para ele uma completa surpresa é tachada pela União dos Sindicatos Muçulmanos como ‘lamentável’”. Ainda segundo o representante brasileiro, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Cristãos exortava o presidente a ouvir o povo: “Se não o fizer, haverá uma ‘desukarnização’ completa do país. Já começa, aliás. E a culpa é unicamente de Bung Karno”⁴⁸.

Em ofício de 1967, o diplomata brasileiro envia, anexado, um recorte do *Le Monde* com algumas reflexões de um professor holandês sobre o fracassado levante comunista indonésio de 1965. Um dos trechos de seu relato minimiza a participação dos comunistas no levante. Raul José de Sá Barbosa contesta, afirmando que “é velha tática vermelha, isso de esconder a mão numa primeira fase de tomada do poder. Há sempre um governo transitório de inocentes úteis, capitalistas ‘progressistas’ e burgueses apavorados”⁴⁹.

A um Sukarno delirante opunha-se um Suharto discreto e comedido. Em março de 1967, quando Sukarno é deposto e Suharto toma posse como presidente interino, Raul José de Sá Barbosa admira sua moderação. Para o diplomata brasileiro, essa moderação tinha duas explicações: “1 – ele é o principal beneficiário da queda do Presidente [Sukarno]. Apressá-la seria impróprio. 2 – para governar, precisará do mais largo apoio possível. A sua moderação, que é pública, vai render-lhe juros políticos”⁵⁰.

Cinco dias após empossado, Suharto enviou seus cumprimentos ao general Costa e Silva por ocasião de sua posse – algo que Sukarno não fez quando Castelo Branco tomou posse. Suharto “rezou que Deus desse sua bênção ao novo chefe de Estado brasileiro a fim de que ele possa conduzir seu povo para atingir bem-estar e prosperidade” e disse esperar que os dois países continuassem “sua cooperação em todos os campos, inclusive o esforço para estabelecer a paz mundial”⁵¹.

Ofício de agosto do mesmo ano reproduz o discurso de Suharto defendendo relações amistosas com a América Latina sob o argumento de que havia “bastante similaridade” entre as duas regiões: “somos igualmente novos países em desenvolvimento, lutando igualmente por um incremento da prosperidade do povo, e de forma análoga nós nos libertamos dos laços do colonialismo”. As relações com a América Latina deveriam se dirigir para “a criação de um mundo de paz e progresso”⁵².

Sendo assim, o desenvolvimento econômico e a cooperação Sul-Sul, temas caros aos governos Jango e Sukarno, continuaram permeando a política externa de ambos os países. Sob Suharto, a Indonésia protagoniza a criação da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), pautada pela necessidade de uma “concertação entre os países periféricos para melhor negociarem com as economias desenvolvidas”⁵³.

No caso do Brasil, a agenda do desenvolvimento econômico foi um canal de aproximação com o terceiro mundo nos anos 1960, contrastando com a indiferença e mesmo a hostilidade da diplomacia brasileira diante da Conferência de Bandung⁵⁴. Na luta pela “alteração das regras de funcionamento do comércio internacional, através da realização da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)”, o Brasil “despontou como liderança tanto regional quanto de

⁴⁸Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/março 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 18 de 16/01/1967. Bung Karno: apelido carinhoso dado a Sukarno por seus seguidores.

⁴⁹Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 68 de 23/02/1967.

⁵⁰Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 90 de 13/03/1967.

⁵¹Telegrama da Antara. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 99 de 28/03/1967.

⁵²Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Junho/setembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 299 de 18/08/1967.

⁵³PITT, Indonésia: construção do Estado e dinâmica regional, p. 49.

⁵⁴Sobre o Brasil em Bandung, ver: SOUZA, Arlindo José Reis de. O orientalismo no (luso) trópico americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2011.

⁵⁵KOCHER, Ecos desenvolvimentistas da Conferência de Bandung na política externa brasileira, p. 14.

⁵⁶ALVES e KHALIL, “Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco”, p. 699.

todo o patrimônio intelectual dos países do Terceiro Mundo”⁵⁵. O regime militar não mudou a posição brasileira na UNCTAD: “Ao contrário, o que se verificou foi a manutenção das diretrizes que vinham sendo implementadas no governo anterior e um ímpeto no sentido de tornar ainda mais ativa a atuação do Brasil neste foro”⁵⁶.

Mesmo um convicto anticomunista como Raul José de Sá Barbosa invocava princípios caros à cooperação Sul-Sul e à solidariedade afro-asiática, destoando do anticomunismo tradicional que via no terceiro-mundismo um comunismo disfarçado. Sobre o Terceiro Festival Afro-Asiático de Cinema sediado em Jacarta, lemos que “Numa era de intervenção colonialista, a união e a solidariedade dos povos asiáticos e africanos é essencial ao sucesso da sua luta”. O filme deveria “ser instrumento dessa luta, instrumento da solidariedade e da união indissolúvel entre os povos de cor”⁵⁷.

Já na década de 1950, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, diplomata brasileiro que serviu em Jacarta, chamava a atenção para a importância do desenvolvimento como canal de aproximação entre o Brasil e o mundo afro-asiático. Nas palavras dele, “Se há um bloco, a que possamos dentro de certos limites pertencer, é aquele dos subdesenvolvidos; aquele que se estende nas latitudes meridionais do planeta, naquela faixa desamparada, oprimida e superpovoada”⁵⁸. Em suma: o antagonismo “Norte-Sul” se impunha sobre o antagonismo “Leste-Oeste”.

Voltando a Raul José de Sá Barbosa, percebemos que os elogios ao general Suharto vão se dissipando. Em maio de 1967 ele lamenta a existência de muitas continuidades entre a Nova Ordem e o período que ela deveria encerrar: hostilidades com a Malásia, não normalização das relações com Taiwan, corrupção e crise econômica. Fala-se também na impaciência dos “elementos mais extremistas (mais puros, talvez?) da chamada Nova Ordem”, inquietos “com o ramerrão das coisas”⁵⁹.

Citando o general Nasution, braço direito do próprio Suharto, o diplomata identifica a criação, “com o abuso da farda, [de] uma casta de privilegiados”, além da utilização do exército “como instrumento de poder pessoal e de enriquecimento. Não só há um processo em curso de ‘militarização’ mas de ‘latinamericanização’ da Indonésia”, revelando assim “O açambarcamento de todos os postos de mando por oficiais superiores da ativa”⁶⁰.

Uma vez deposto Sukarno, foram marcadas eleições para julho de 1968, mas o representante brasileiro se mostrava cético: “Está claro, de há muito, que ao atual governo não interessam eleições”. E questiona: “Onde a proclamada renovação dos costumes políticos se o Presidente da República promove a própria eleição por um Parlamento que ele mesmo nomeou? Não será isso a repetição de Sukarno?”. Recorrendo a subterfúgios, Suharto prolongou seu mandato por cinco anos⁶¹, dando início a uma aventura autoritária que só acabaria com sua deposição em 1998.

Em 1970 o Brasil fecharia sua embaixada na Indonésia, tornando-a cumulativa com Bangkok. A justificativa era orçamentária, mas é possível que Médici desejasse evitar “identificações com o regime do general Suharto, que, poucos anos antes, havia massacrado mais de meio milhão de compatriotas”⁶². Ao contrário de Narciso, a ditadura acha feio o que é espelho.

O destino de nosso encarregado de negócios não foi menos melancólico. Em 1969 ele seria aposentado compulsoriamente por ser homossexual⁶³. Tal punição foi fruto da Comissão de Investigação Sumária, presidida por Magalhães Pinto e responsável por remover diplomatas acusados de homossexualidade, alcoolismo e problemas

⁵⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 91 de 04/05/1964.

⁵⁸ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. Ásia, África e a política independente do Brasil, p. 9.

⁵⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 183 de 23/05/1967.

⁶⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Telegramas recebidos – 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Telegrama nº 73 de 17/07/1968. Bezerra de Menezes dizia, em 1963, que termos como “Latino-americano”, ‘latino-americanização’, ainda são epítetos pejorativos em rodas internacionais. A Europa continua nos olhando do alto de sua empáfia, e, até mesmo, os países orientais recebem sorte semelhante à nossa”. MENEZES, Subdesenvolvimento e política internacional, p. 40.

⁶¹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Março/junho 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 73 de 07/03/1968.

⁶² CUNHA, A questão de Timor-Leste: origens e evolução, p. 197-209.

⁶³ CARMO, Os soldados de terno? Ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969), p. 71.

⁶⁴ TRACHTENBERG, Marc. The Craft of International History: a guide to method, p. 138-139.

psiquiátricos.

Considerações finais

À medida que lida com fontes, o historiador das relações internacionais percebe que muitos dados encontrados não são resultados isolados e que as teorias discutidas a nível abstrato se manifestam naquele caso particular. Entender significa enxergar o geral no específico, e é isso que a teoria nos ajuda a fazer⁶⁴. Vejamos, pois, como nosso trabalho sintoniza com a abordagem teórica proposta no começo do artigo.

Em nosso estudo, vimos como a existência de “crenças compartilhadas” criou um terreno fértil para as relações entre o regime militar brasileiro e o regime de Chiang Kai-shek. O anticomunismo foi um canal que ajudou a aproximar esses dois países tão distantes não só geograficamente, mas também culturalmente.

Também vimos como as crenças não-compartilhadas podem criar um ambiente hostil entre os atores, como foi o caso da Indonésia. Quando um militar anticomunista sobe ao poder na Indonésia, tem-se a esperança de um melhoramento nas relações – que logo é substituída por um desencanto da diplomacia brasileira com os rumos autoritários que seu governo tomava. Sendo assim, dizer que as ideias desempenham um papel importante nas relações internacionais não implica afirmar que dois regimes de orientação ideológica semelhante sempre terão boas relações. As “crenças compartilhadas” podem ser fonte não só de solidariedade, mas também de atritos⁶⁵.

Nosso trabalho também evidenciou a importância das ações, crenças e valores dos homens de Estado – no caso, dos diplomatas. Durante o período militar, o Itamaraty muitas vezes esteve livre de pressões ideológicas. Porém, muitos dos diplomatas já eram anticomunistas e entusiastas do regime militar independente de pressões ideológicas, tendo suas convicções influenciado a política externa brasileira.

Por fim, também mostramos como os atores das relações internacionais não se restringem ao âmbito do Estado, abarcando também a imprensa, os movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Nem sempre as relações internacionais se dão no nível Estado-Estado, podendo também se dar no âmbito Estado-sociedade civil.

Fontes - periódicos

Angkatan Bersendjata, 18 de janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 26 de 20/01/1967.

China Post, 10 de junho de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 135 de 15/06/1964.

China Post, 30 de janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/abril 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 30 de 04/02/1967.

Express News, 7 de outubro de 1964. Anexado: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Agosto/dezembro 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 243 de 17/10/1964.

Free China Weekly, 10 de maio de 1964, vol. 1, n. 11. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 109 de 14/05/1964.

The China News, 7 de setembro de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Agosto/dezembro 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 205 de 08/09/1964.

The China News, 30 de março de 1965. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 97 de 05/04/1965.

Fontes - ofícios

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 91 de 04/05/1964.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Julho/dezembro 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 167 de 02/08/1965.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Setembro/dezembro 1966. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 511 de 21/10/1966.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/março 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 18 de 16/01/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 83 de 06/03/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Magalhães. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 90 de 13/03/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 99 de 28/03/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 105 de 28/03/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 183 de 23/05/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Outubro/dezembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 361 de 06/10/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Junho/setembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 299 de 18/08/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Março/junho 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 73 de 07/03/1968.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Telegramas recebidos – 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Telegrama nº 73 de 17/07/1968.

Demais fontes

Carta de Konsin C. Shah, 31 de março de 1965. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 97 de 05/04/1965.

Nota de protesto do BPI. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

Nota de protesto do SBPU. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

Nota de protesto do SEPDA. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 39 de 19/02/1965.

Nota verbal nº F(53) CSAI/009081, 23 de maio de 1964. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro/julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Milton Telles Ribeiro. Ofício número 129 de 03/06/1964.

Telegrama da Antara. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/maio 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José de Magalhães Pinto. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 99 de 28/03/1967.

Telegrama do grupo *Gembira*. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – Ofícios recebidos – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 76 de 17/04/1964.

Referências bibliográficas

ALVES, V. C.; VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco. **Contexto Internacional** (on-line), v. 36, p. 683-708, 2014.

BERTONHA, João Fábio. “A questão da ‘Internacional Fascista’ no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista”. In: **Revista brasileira de política internacional**. 43 (1): 99-118, 2000.

CARMO, Géssica Fernanda do. **Os soldados de terno?** Ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969). Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. UNICAMP, 2018. 169 p..

CHEN, Ketty W.. “Disciplining Taiwan: the Kuomintang’s methods of control during the white terror era” (1947-1987). In: **Taiwan International Studies Quarterly**, Vol. 4, No. 4, pp. 185-210, 2008.

CUNHA, João Solano Carneiro da. **A questão de Timor-Leste:** origens e evolução. Coleção cursos de altos estudos do Instituto Rio Branco. Bra-

sília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. 246 p.

DUROSELLE, Jean Baptiste; RENOUVIN, Pierre. **Introdução à história das relações internacionais**. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difel, 1967. 542 p.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O Ardil Totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997. 409 p.

FARES, Tomaz M.. “A Diplomacia Chinesa e as Relações com o Brasil (1949-1974)”. **Século XXI** – Revista de Relações Internacionais, ESPM, V. 7, no 1: p. 27-46, Jan/Jun 2016.

GEHRE, Thiago. A política externa brasileira durante os governos militares: ideias, práticas e imagens (1964-1984). **Textos e Debates** (UFRR), v. 2, p. 112-125, 2008.

GONÇALVES, Williams da Silva. “História das Relações Internacionais”. In: GONÇALVES, Williams da Silva; LESSA, Mônica Leite (orgs.). **História das Relações Internacionais**: teoria e processos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p. 13-41.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na Política Externa Brasileira, 1964-1984. In: **Estudos Históricos**. Vol.6, n.12, p. 211-246, 1993.

GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza de. **O Caso dos Nove Chineses** - O Escândalo Internacional que Transformou Vítimas da Ditadura Militar Brasileira em Heróis da Ditadura de Mao Tsé-tung. Editora Objetiva, 2014. 256 p.

JACKSON, Robert H.; SORENSEN, Georg. **Introduction to International Relations: theory and approaches**. Oxford: Oxford University, 2003. 336p.

KOCHER, Bernardo. **Ecossistemistas da Conferência de Bandung na política externa brasileira**. 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Belo Horizonte, julho 2015, p. 1-17.

Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm [acessado dia 21 de maio de 2019].

MACKIE, Jamie. **Bandung 1955: Non-alignment and Afro-Asian solidarity**. Singapura: Didier Millet, 2005. 136 p.

MENDES, Pedro Emanuel. Identidade e poder na política externa da Indonésia: de Sukarno a Suharto. In: **Relações Internacionais**. Nº 52, p. 067-082, dezembro de 2016.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **Ásia, África e a política independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. 132 p.

_____. **Subdesenvolvimento e política internacional**. Rio de Janeiro Edições GRD: 1963. 223 p.

_____. **Um diplomata no Oriente/Brasil: subida ou descida para o século XXI**. Ágora, 1997. 111 p.

MORAIS, Isabela Carolina Barbosa. **As relações diplomáticas entre o Brasil e a África**: da política externa independente ao governo Lula (1960-2010). Monografia de conclusão de curso – Relações Internacionais. Centro Universitário de Belo Horizonte, UNI-BH, 2017. 47 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1964, 50 anos depois. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429 p.

PITT, Rômulo Barizon. **Indonésia**: construção do Estado e dinâmica regional. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, 2011. 70 p.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A História da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as Ditaduras de Segurança Nacional** (1972-1979). Tese de doutorado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018. 323 p.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Retratos do Brasil, volume 46. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 232 p.

SANTOS, Norma Breda; UZIEL, Eduardo. “Source criticism and the History of Brazilian Foreign Policy”. In: **Contexto Internacional**, volume 41(1), p. 187-207, Janeiro/Abril de 2019. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410100010> - acessado dia 28 de janeiro de 2019].

SOUZA, Arlindo José Reis de. **O orientalismo no (luso) trópico americano**: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2011. 234 p.

TRACHTENBERG, Marc. **The Craft of International History**: a guide to method. Princeton University Press: 2006. 266 p.

VIZENTINI, Paulo G. F.. **Relações internacionais e desenvolvimento**: o nacionalismo e a política externa independente 1951 – 1964. Petrópolis: Vozes, 1995. 325 p.